

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

Ao primeiro dia do mês de junho de 2022, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6, de 26 e 27 de abril, e de 12 e 13 de maio, respetivamente;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do relatório sobre o relatório anual de acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia - «[Portugal na União Europeia – 2021](#)»;**

Relatora: Marta Freitas (PS);

4. **Discussão e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 – Juntos por uma Europa mais forte (COM(2021)645);**

Relatora: Cristina Mendes da Silva (PS);

5. **Apreciação e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 106/XIV/2.^a \(ALRAA\)](#) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social»;**

Relatora: Ana Bernardo (PS);

6. **Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto n.º 52/XV/1.^a \(PS\)](#) — De saudação ao Dia Nacional da Segurança Social;**

7. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre a situação financeira da instituição;

Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição dos dirigentes do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), sobre a afetação de verbas do FEFSS;

Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, Dr^a. Catarina Marcelino, e da Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dr^a Adelaide Franco, sobre a situação do acolhimento de refugiados da Ucrânia;

8. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 11/XV/1.^a](#) — Solicita a revisão do cálculo da pensão de reforma, da iniciativa de João Augusto Maldonado Covas (1 assinatura);**
9. **Discussão e votação da proposta de Regulamento da Comissão para a XV Legislatura;**
10. **Apresentação e apreciação de propostas para o Plano de Atividades da Comissão para a XV Legislatura;**

11. **Outros assuntos.**

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

- 1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6, de 26 e 27 de abril, e de 12 e 13 de maio, respetivamente;**

As atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, não sem que o Senhor Deputado Rui Rocha (IL) desse conta de uma imprecisão na numeração da ata n.º 3, e que já havia sido corrigida.

- 2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Grupo Parlamentar (GP) do PS garantiu que comunicaria posteriormente o nome dos autores dos pareceres das iniciativas que lhe haviam sido distribuídas, o que foi concretizado nesse mesmo dia, nos seguintes termos: Deputada Alexandra Tavares de Moura para a Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.^a (GOV) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-b/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida e cria uma medida excecional de compensação»; Deputado Fernando José, separadamente, para os Projetos de Lei n.ºs 61/XV/1.^a (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)» e 66/XV/1.^a (PCP) - «Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho»; Deputada Rita Borges Madeira para o Projeto de Lei n.º 62/XV/1.^a (PCP) - «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»; e Deputada Mara Lagriminha Coelho para o Projeto de Lei n.º 65/XV/1.^a (PCP) - «Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.^a alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro».

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

Por sua vez, o GP do PSD designou os seguintes relatores: Deputada Emília Cerqueira para o Projeto de Lei n.º 60/XV/1.^a (PCP) - «Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»; Deputada Helga Correia, em conjunto, para os Projetos de Lei n.ºs 63/XV/1.^a (PCP) - «Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)» e 64/XV/1.^a (PCP) - «Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»; e Deputada Clara Marques Mendes (PSD) para o Projeto de Lei n.º 67/XV/1.^a (PCP) - «Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (19.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)».

- 3. Discussão e votação do relatório sobre o relatório anual de acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia - «[Portugal na União Europeia – 2021](#)»;**
Relatora: Marta Freitas (PS);

A Senhora Deputada relatora apresentou o relatório identificado, aludindo à Cimeira Social do Porto de 7 e 8 de maio, que teve lugar durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, e aos dois documentos aí aprovados: o Compromisso Social do Porto e a Declaração do Porto; ao Semestre Europeu; ao Emprego e Condições de Trabalho; às Políticas Sociais, com especial enfoque para a Garantia Europeia para a Infância; e à Igualdade e Não-Discriminação, em particular à igualdade de género. Concluiu pelo envio do documento à Comissão de Assuntos Europeus, para apreciação.

Depois de a Senhora Presidente e o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) terem agradecido o trabalho efetuado, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

**4. Discussão e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 – Juntos por uma Europa mais forte (COM(2021)645);
Relatora: Cristina Mendes da Silva (PS);**

Foi de seguida concedida a palavra à Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS), que de igual modo procedeu à apresentação do relatório, fazendo referência ao processo de escrutínio e ao objeto da iniciativa, com destaque para a segunda, terceira, quinta e sexta ambições, das seis em que aquela se divide, enfatizando, respetivamente, em cada uma delas: o Guião para a Década Digital e o nível de educação e de competências digitais; a execução do plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; o lançamento da ALMA (*Aim, Learn, Master, Achieve* – aspirar, aprender, dominar, alcançar); e a questão da igualdade e as medidas para melhorar o reconhecimento da parentalidade entre Estados-Membros. Em conclusão, e não se verificando a necessidade de análise do respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, pugnou pelo envio do documento à Comissão de Assuntos Europeus, para apreciação.

Também aqui o trabalho da Senhora Deputada relatora foi saudado pela Senhora Presidente e pelo GP do PSD, sendo de seguida o relatório aprovado por unanimidade.

**5. Apreciação e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 106/XIV/2.^a \(ALRAA\)](#) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social»,
Relatora: Ana Bernardo (PS);**

Neste ponto, a Senhora Deputada relatora começou por mencionar o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa e o agendamento da sua discussão na generalidade para o dia seguinte, o enquadramento legal e a verificação dos requisitos formais, fazendo ainda alusão à entrada em vigor e ao cumprimento da lei-travão, ao título e à existência de outras iniciativas relativas ao fator de sustentabilidade. Reservando a sua posição para a discussão em Plenário, concluiu pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Depois de o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) ter agradecido a referência às questões orçamentais, tomou da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), vincando que a iniciativa tentava dar resposta a uma incompreensível injustiça, antes de lembrar que esta matéria havia sido discutida na semana anterior, durante a

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.ª SL

apreciação do Orçamento do Estado para 2022 (OE 2022). Assim, enquanto registava que a iniciativa fora aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), indagou sobre a eventual alteração de sentidos de voto, assinalando que o PS traçara este assunto como uma linha vermelha nas negociações do OE 2022. Por fim, perguntou se as alusões à produção de efeitos e ao título deveriam constar das conclusões, defendendo que a interpretação da lei-travão não poderia ser impedimento aos avanços nesta matéria.

Em resposta, a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) agradeceu o contributo do GP do BE, remetendo, todavia, o debate para o dia seguinte, em Plenário.

Depois de o GP do BE ter solicitado a desagregação da votação, as conclusões 1., 3. e 4. foram aprovadas por unanimidade. Já a conclusão 2. foi aprovada com os votos a favor do PS, PSD, CH e PCP e a abstenção do IL e BE.

6. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto n.º 52/XV/1.ª \(PS\)](#) — De saudação ao Dia Nacional da Segurança Social;

Por solicitação do GP do PCP, este ponto foi adiado para a reunião da Comissão da semana seguinte.

7. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre a situação financeira da instituição;**
- **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição dos dirigentes do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), sobre a afetação de verbas do FEFSS;**
- **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, Dr.ª Catarina Marcelino, e da Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dr.ª Adelaide Franco, sobre a situação do acolhimento de refugiados da Ucrânia;**

Também este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão, neste caso a pedido do GP do PS.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

8. **Deliberação sobre a admissão da [Petição n.º 11/XV/1.^a](#) — Solicita a revisão do cálculo da pensão de reforma, da iniciativa de João Augusto Maldonado Covas (1 assinatura);**

A apreciação desta petição em Comissão foi concluída com a aprovação da nota de admissibilidade, conforme disposto no n.º 13 do artigo 17.º Lei de Exercício do Direito de Petição (LEDP), procedimento aliás consensualizado em reunião anterior, e sem prejuízo da realização das diligências sugeridas.

9. **Discussão e votação da proposta de Regulamento da Comissão para a XV Legislatura;**

A Senhora Presidente anunciou que as competências das comissões parlamentares permanentes da XV Legislatura haviam sido fixadas na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP) que antecederia esta reunião.

De seguida, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) alegou que a proposta de alteração ao Regulamento formulada pelo seu Grupo Parlamentar visava esclarecer o tópico específico dos pedidos de adiamento, acrescentando que fora apresentada nas diferentes comissões. Deu ainda nota que o GP do PSD aduzira uma redação alternativa, que merecera o seu acordo.

Porém, tendo em conta que não fora dado conhecimento desta nova versão às demais forças partidárias, foi decidido adiar a apreciação deste ponto para a reunião da semana ulterior.

10. **Apresentação e apreciação de propostas para o Plano de Atividades da Comissão para a XV Legislatura;**

No uso da palavra, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) sublinhou as incontornáveis dificuldades de concretização do plano de atividades, adiantando que o seu Grupo Parlamentar se comprometia a fazer chegar contributos até à reunião seguinte, mas apenas uma ou duas propostas exequíveis, a levar a cabo em uma ou duas Sessões Legislativas (SL).

Tendo em conta o expandido, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) colocou à consideração a realização de uma reunião de Mesa e Coordenadores sobre este assunto, proposta que não mereceu a oposição de nenhum dos presentes.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.ª SL

11. Outros assuntos.

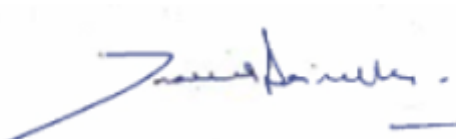
No derradeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente divulgou a composição dos dois Grupos de Trabalho (GT) criados na esfera da Comissão, e que já se encontravam formalmente constituídos, a saber: GT - Audiências e Audição de Peticionários (GT-AAP), coordenado pela Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS), e integrado pelos Senhoras e Senhoras Deputadas Mara Lagriminha Coelho (PS), Alexandra Tavares de Moura (PS), Nuno Carvalho (PSD), Helga Correia (PSD), Rui Afonso (CH), Rui Rocha (IL), Diana Ferreira (PCP) e José Moura Soeiro (BE); e o GT - Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência (GT-IDPD), coordenado pela Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), e incluindo ainda os Senhores e as Senhoras Deputadas Marta Freitas (PS), Cristina Sousa (PS), Helga Correia (PSD), Carla Madureira (PSD), Jorge Galveias (CH), Rui Rocha (IL), Diana Ferreira (PCP) e José Moura Soeiro (BE).

Mais informou a Senhora Presidente que de seguida teria lugar a fotografia da Comissão, na Escadaria Nobre, sem embargo de se poder agendar nova fotografia para a reunião da semana vindoura, caso se justificasse, em função do número de ausências.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de junho de 2022.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELES)

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 7/XV/1.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Diana Ferreira (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Irene Costa (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Nelson Brito (PS)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Rui Cruz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Monte (PS)